

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2020

DENOMINAÇÃO ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA
DE CANELAS

MORADA Rua Delfim de Lima

N. 1875 ANDAR LOCALIDADE Canelas

FREGUESIA Canelas

CONCELHO Vila Nova de Gaia

COD. POSTAL 4410-227

EM

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

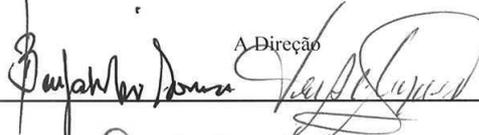
DATA: Canelas

Canelas

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	329 166,55	359 489,99
Ativos intangíveis	5	108,58	290,91
Investimentos financeiros	12.1	932,84	545,00
		330 207,97	360 325,90
Activo corrente			
Inventários	7	183,72	326,25
Créditos a receber	12.3	61 145,91	66 691,14
Estado e outros entes públicos	12.9	526,31	1 125,65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	22 551,85	26 858,95
Diferimentos	12.5	2 766,31	2 565,37
Outros ativos correntes	12.4	4 816,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	12.6	57 677,92	50 026,35
		149 668,02	147 593,71
Total do ativo		479 875,99	507 919,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	12.7	39 732,11	39 732,11
Resultados transitados	12.7	-594,82	12 989,64
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	9/12.7	292 838,12	312 778,27
		331 975,41	365 500,02
Resultado líquido do período		31 519,59	-13 584,46
Total dos fundos patrimoniais		363 495,00	351 915,56
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	0,00	6 381,95
		0,00	6 381,95
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	85 556,32	119 920,28
Estado e outros entes públicos	12.9	2 826,83	3 448,43
Diferimentos	12.5	2 976,94	0,00
Outros passivos correntes	12.10	25 020,90	26 253,39
		116 380,99	149 622,10
Total do passivo		116 380,99	156 004,05
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		479 875,99	507 919,61

A Direção

 Paulo Jorge Diniz

 Miguel Barbosa

Contabilista Certificado


ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte : 503006084

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	8	322 021,90	377 446,50
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.11	92 743,53	71 650,89
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-2 275,02	-6 099,50
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-234 441,75	-291 860,28
Gastos com o pessoal	10	-134 749,26	-153 346,30
Outros rendimentos	12.13/15	20 091,83	16 968,71
Outros gastos	12.14	-889,04	-914,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		62 502,19	13 845,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-30 666,30	-27 215,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31 835,89	-13 370,03
Juros e gastos similares suportados	12.15	-316,30	-214,43
Resultados antes de impostos		31 519,59	-13 584,46
Resultado líquido do período		31 519,59	-13 584,46

A Direção

[Handwritten signature]

Carla Dora Dias

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Entidade: ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 503006084

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS						Euros
		Moeda:						
		2020	2019	Adaptar Social +	Medicina Física e Reabilitação	Transporte Doentes	Centro Convívio	
Vendas e serviços prestados	8	322.021,90	377.446,50	0,00	191.189,61	79.535,76	2.377,32	48.919,21
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10/12.12	-316.866,49	-379.662,90	0,00	-170.529,19	-88.546,10	-6.663,60	-51.127,60
Resultado Bruto		5.155,41	-2.216,40	0,00	20.660,42	-9.010,34	-4.286,28	-2.208,39
Outros Rendimentos	9/12.11/12.13/12.15	112.835,36	88.619,60	1.839,06	0,00	42.254,79	7.881,23	60.860,28
Gastos administrativos	4/5/12.12	-85.265,84	-98.859,13	-2.298,83	0,00	-42.119,34	-3.334,63	-37.513,04
Outros Gastos	12.14	-889,04	-914,10	0,00	-550,00	-177,51	-13,19	-148,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.835,89	-13.370,03	-459,77	20.110,42	-9.052,40	247,13	20.990,51
Gastos de financiamento (líquidos)	12.15	-316,30	-214,43	0,00	0,00	-162,29	-12,57	-141,44
Resultado antes de impostos		31.519,59	-13.584,46	-459,77	20.110,42	-9.214,69	234,56	20.849,07
Resultado líquido do período		31.519,59	-13.584,46	-459,77	20.110,42	-9.214,69	234,56	20.849,07

Beata m. p. Souza
Carla P. K. D. Z.
Paula G. B. G.

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		293 425,57	345 020,68
Pagamentos a fornecedores		-270 508,69	-292 789,14
Pagamentos ao pessoal		-98 335,01	-109 615,39
Caixa gerada pelas operações		-75 418,13	-57 383,85
Outros recebimentos/pagamentos		88 785,98	84 479,54
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		13 367,85	27 095,69
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5 160,53	-32 066,05
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		150,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1,68	3,56
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-5 008,85	-32 062,49
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		6 294,88	5 338,05
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6 381,95	-5 313,76
Juros e gastos similares		-620,36	-639,37
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-707,43	-615,08
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		7 651,57	-5 581,88
Caixa e seus equivalentes no início do período		50 026,35	55 608,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		57 677,92	50 026,35

A Direção

Benjamin Duarte *Luís M. Fernandes*

Carla Leite Din

Plácido

Almy Isabel Barbosa

Contabilista Certificado

Amélia
CC 4586

ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS

Anexo

Demonstrações Financeiras

2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras Informações	16
12.1	Investimentos Financeiros	16
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
12.3	Créditos a receber	16
12.4	Outros ativos correntes	16
12.5	Diferimentos	17
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.7	Fundos Patrimoniais	17
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
12.10	Outros passivos correntes	18
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
12.12	Fornecimentos e serviços externos	18
12.13	Outros rendimentos	19
12.14	Outros gastos	19
12.15	Resultados Financeiros	19
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 58, Série III de 10/03/1993, com sede em Rua Delfim Lima, nº 1875, Canelas – Vila Nova de Gaia.

Tem os seguintes objetivos:

- Promoção e proteção social e o desenvolvimento das populações procurando acorrer aos setores mais vulneráveis, crianças e jovens, deficientes e idosos;
- Prestar apoio domiciliário a doentes ou feridos incluindo o transporte a clínicas ou centros hospitalares;
- Promover a proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Edificações ligeiras	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Edifícios	487.878,97				487.878,97
Edificações Ligeiras	24.274,94				24.274,94
Equipamento Básico	58.283,13				58.283,13
Equipamento de Transporte	251.966,48		8.978,36		242.988,12
Equipamento Administrativo	22.332,43				22.332,43
Equipamento Informático	2.864,35	160,53			3.024,88
Ferramentas e Utensílios	9.218,66				9.218,66
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.371,78				2.371,78
Ativo Fixo Tangível Bruto	859.190,74	160,53	8.978,36	0,00	850.372,91
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	196.853,41	9.757,58			206.610,99
Edificações Ligeiras	24.274,94				24.274,94
Equipamento Básico	56.518,28	349,43			56.867,71
Equipamento de Transporte	185.611,13	20.110,50	8.978,36		196.743,27
Equipamento Administrativo	22.332,43				22.332,43
Equipamento Informático	2.520,12	266,46			2.786,58
Ferramentas e Utensílios	9.218,66				9.218,66
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.371,78				2.371,78
Depreciações Acumuladas	499.700,75	30.483,97	8.978,36	0,00	521.206,36
Ativo Fixo Tangível Líquido	359.489,99	-30.323,44	0,00	0,00	329.166,55

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Programas de computador	1.707,37				1.707,37
Ativo Intangível Bruto	1.707,37	0,00	0,00	0,00	1.707,37
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.416,46	182,33			1.598,79
Depreciações Acumuladas	1.416,46	182,33	0,00	0,00	1.598,79
Ativo Intangível Líquido	290,91	-182,33	0,00	0,00	108,58

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	6.381,95	6.381,95
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	6.381,95	6.381,95

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	284,91	6.140,84	0,00	326,25	2.132,49	0,00	183,72	
Total	284,91	6.140,84	0,00	326,25	2.132,49	0,00	183,72	
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				6.099,50			2.275,02	

8 Rébito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços	322.021,90	377.446,50
Quotas de utilizadores	32.492,49	52.211,32
Quotas e joias	32.125,00	32.285,00
Rendimentos de patrocinadores – Outdoors	1.783,44	0,00
Transporte Doentes	62.242,46	66.522,21
Medicina Física e Reabilitação - Fisioterapia	191.189,61	222.639,50
Serviços Sociais – Bar	2.188,90	3.788,47
Outros Rébitos	1,68	3,56
Juros e rendimentos aplicações financeiras	1,68	3,56
Total	322.023,58	377.450,06

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2020			31-12-2019		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	50.513,35	0,00	0,00	41.468,25
ISS, IP – Medidas apoio COVID19	Não reembolsável	0,00	0,00	8.076,89	0,00	0,00	0,00
Programa Adaptar Social +	Não reembolsável	0,00	0,00	1.839,06	0,00	0,00	0,00
C M Vila Nova Gaia	Não reembolsável	0,00	0,00	25.584,92	0,00	0,00	23.594,59
J F Canelas	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	434,43	0,00	0,00	0,00
FSS (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	43.295,74	0,00	1.396,63	44.692,37	0,00	1.396,63
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	216.478,29	0,00	6.983,17	223.461,46	0,00	6.983,17
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Viatura)	Não reembolsável	27.246,92	0,00	11.372,70	38.619,62	0,00	7.622,70
Particulares (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	5.817,17	0,00	187,65	6.004,82	0,00	187,65
TOTAL		292.838,12	0,00	106.388,80	312.778,27	0,00	82.502,99

A Instituição esteve em regime de layoff simplificado no período de maio a julho, tendo recebido o apoio de 8.076,89€ do ISS, IP, correspondente a 2/3 das remunerações dos trabalhadores abrangidos, bem como a isenção do pagamento das contribuições à Segurança Social (22,3%).

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2019 e 2020, foram de “12”. No período de 2020 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2018/2021, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Tomás Almeida Rodrigues;
 Vice-Presidente – Carlos Alberto Frias Xavier;
 Secretário – Júlio Dinis Sousa Chamusca.

Direção

Presidente – Benjamim Augusto Alves de Sousa;
 Vice-Presidente – Fernando António Costa Marques;
 Secretário – Manuel Couto Pinto;
 Tesoureiro – Carla Alexandra de Castro Moita Dias;
 Vogal – Manuel Oliveira Dias;
 Vogal – Misael Manuel da Silva Barbosa.

Conselho Fiscal

Presidente – César Fernando Moreira Coutinho;
 Vice-Presidente – António José Peres Almada;
 Relator – José da Silva Ribeiro.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2020 foram os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Apoio no Centro Dia	100

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 e em 31/12/2020 foram de “11”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	* 112.936,94	125.784,77
Encargos sobre as Remunerações	* 19.062,44	25.488,08
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.660,55	1.351,90
Outros Gastos com o Pessoal	493,00	721,55
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	596,33	0,00
Total	134.749,26	153.346,30

*A Instituição esteve em layoff simplificado no período de maio a julho.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

No período de 2020 e 2019 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	932,84	545,00
Total	932,84	545,00

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Quotas	22.551,85	26.858,95
Total	22.551,85	26.858,95

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	61.145,91	66.691,14
Total	61.145,91	66.691,14

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Entidades do Setor Público Administrativo	4.816,00	0,00
Total	4.816,00	0,00

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.766,31	2.565,37
Total	2.766,31	2.565,37
Rendimentos a Reconhecer		
Programa Adaptar Social +	2.976,94	0,00
Total	2.976,94	0,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	8.060,62	2.889,13
Depósitos à ordem	42.401,68	39.923,28
Depósitos a prazo	7.215,62	7.213,94
Total	57.677,92	50.026,35

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	39.732,11	0,00	0,00	39.732,11
Resultados transitados	12.989,64	0,00	-13.584,46	-594,82
Outras variações nos fundos patrimoniais	312.778,27	0,00	-19.940,15	292.838,12
Total	365.500,02	0,00	-33.524,61	331.975,41

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	85.556,32	119.920,28
Total	85.556,32	119.920,28

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	526,31	1.125,65
Total	526,31	1.125,65
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	184,00	388,00
Segurança Social	2.607,87	3.026,79
Fundos de Compensação	34,96	33,64
Total	2.826,83	3.448,43

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Sindicatos	0,00	6,46	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes e utentes				
Clientes	0,00	1.831,74	0,00	1.828,25
Utentes	0,00	0,00	0,00	225,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	23.182,70	0,00	19.200,14
Total	0,00	25.020,90	0,00	26.253,39

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios das Entidades Públicas	86.448,65	66.312,84
Doações e heranças – Donativos	6.294,88	5.338,05
Total	92.743,53	71.650,89

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	179.842,21	220.217,10
Serviços especializados	24.259,69	34.506,40
Materiais	2.182,42	1.937,16
Energia e fluidos	16.942,58	23.112,85
Deslocações, estadas e transportes	15,00	847,22
Serviços diversos	11.179,25	10.696,30
Encargos com utentes	20,60	543,25
Total	234.441,75	291.860,28

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Outros Rendimentos	20.090,15	16.965,15
Rendimentos em investimentos não financeiros	150,00	0,00
Outros	19.940,15	16.965,15
Juros e Rendimentos Similares	1,68	3,56
Juros obtidos	1,68	3,56
Total	20.091,83	16.968,71

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	691,04	583,30
Outros Gastos	198,00	330,80
Total	889,04	914,10

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	316,30	214,43
Total	316,30	214,43
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,68	3,56
Total	1,68	3,56
Resultados Financeiros	-314,62	-210,87

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2020, foi o seguinte:

Centro de Dia – 25 utentes;

Centro Convívio – 10 utentes.

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

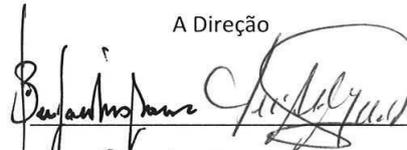
Canelas, 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado



Ca. Hobo

A Direção



Paulo Duarte



Miguel Barbosa